

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.476.005 - SP
(2019/0096286-3)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : JOSE VIEIRA COUTINHO JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI - SP127964
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

JOSÉ VIEIRA COUTINHO JÚNIOR agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no Agravo em Execução n. 9001141-09.2017.8.26.0032.

Nas razões do recurso especial, a defesa suscita divergência entre o entendimento manifestado no acórdão recorrido e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp n. 1.582.285/MS), no que tange a data-base para subsequente progressão de regime. Para tanto, alega: "a morosidade estatal para análise de benefício prisionais não pode gerar prejuízos aos presos, razão pela qual, deve retroagir os efeitos da concessão do benefício à data em que o sentenciado atingiu o requisito objetivo" (fl. 150).

Requer, por isso, o provimento do recurso para que sejam reelaborados os cálculos de pena.

A Corte local não admitiu o recurso, o que ensejou a interposição deste agravo.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do pleito (fls. 214-219).

Decido.

O agravo é tempestivo e preencheu os demais requisitos de admissibilidade. Todavia, verifico que o especial **não comporta conhecimento**.

De plano, verifico que o agravante **deixou de indicar, expressamente, qual o dispositivo de lei federal haveria sido objeto**

de violação, o que impede o conhecimento do recurso.

O Superior Tribunal de Justiça tem a função primordial, por meio do recurso especial, de uniformizar a interpretação e a aplicação do direito federal infraconstitucional. Com isso, o conhecimento do recurso, **seja ele interposto pela alínea "a" ou pela alínea "c" do permissivo constitucional**, exige, necessariamente, a indicação do dispositivo de lei federal que se entende por contrariado.

Nesse sentido: "A ausência de indicação do dispositivo de lei federal supostamente contrariado na instância ordinária caracteriza deficiência na fundamentação, o que dificulta a compreensão da controvérsia, atraindo a incidência da Súmula n. 284 do STF." (**AgRg no AREsp n. 356.998/DF**, de **minha relatoria**, 6ª T., DJe 9/2/2015).

Assim, denoto a falta de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência da **Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal**, aqui aplicada por analogia: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

À vista do exposto, conheço do agravo para, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **não conhecer do recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator